

## Amaral condena o "pinga-fogo" da Constituinte

"A Assembléia virou uma Câmara de Vereadores". Assim, o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto, definiu os 60 minutos da segunda sessão plenária da Constituinte destinados às breves comunicações dos constituintes. O regimento provisório da Assembléia determinou um limite de cinco minutos para cada parlamentar, sem direito a apertes, o que transformou o horário para debates em um "pinga-fogo" para assuntos nacionalmente pouco relevantes, como os seringais da Amazônia.

O líder do PDS não está sozinho na sua indignação. Os deputados Egídio Ferreira Lima (PMDB/PE), Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP) e o senador Pompeu de Sousa (PMDB/DF), entre outros, reforçam o coro. "O que o plenário está assistindo é um festival inócuo de oratória, sem nenhum conteúdo referente à Assembléia", queixou-se Pompeu de Sousa. Cardoso Alves, por sua vez, sustentou que a Câmara dos Deputados deve funcionar regularmente para que a Assembléia não se transforme numa "Câmara do interior".

### Inscrições

Ontem, 25 constituintes se inscreveram para falar. Mas muitos ficaram, na fila, à espera da oportunidade que não veio. A lista abriu às 8 horas e, embora o prazo de inscrição fosse até a uma hora, poucas horas depois não havia mais horário disponível. Não houve tumultos e quem não conseguiu deverá tentar hoje. A preferência é dada aqueles que não falaram nas cinco últimas sessões.

Mas, se depender de alguns parlamentares, o horário destinado às breves comunicações simplesmente será extinto. Pompeu de Sousa, por exemplo, é de opinião que a instituição do "pinga-fogo" degrada a importância do debate e da Assembléia. Ele é favorável à emenda limitando-se as intervenções em plenário a debates de grandes temas constitucionais, que se esteja, elaborando nas comissões encarregadas dos vários textos da Carta Constitucional.

Na verdade, o "pinga-fogo" constituinte afastou muitos parlamentares do plenário. A sessão foi aberta pelo presidente Ulysses Guimarães às 14 horas, apesar de só estarem presentes 71 constituintes, quando o quorum mínimo deveria ser de 94 parlamentares — 1/6 da Assembléia. Como a lista de presença da Casa acusava a entrada de 100, e o senador Fábio Lucena pediu verificação de quorum, a sessão foi encerrada e reaberta às 2 horas. Desta vez com número de constituintes exigido pelo regimento.

# PFL tem emenda contra a Assembléia exclusiva



Encerrar de vez a discussão quanto à possibilidade de se ter uma "Constituinte exclusiva" é o principal objetivo do substitutivo que o PFL pretende apresentar ao projeto de Regimento Interno preparado pelo PMDB, a ser votado até o projeto dia 24. O substitutivo dos liberais, discutido ontem à noite em reunião da cúpula pefelista com o ministro Marco Maciel, estabelece que será vedada qualquer discussão ou deliberação, durante a Constituinte, de matéria estranha ao projeto da Constituição.

O senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), que encabeçou a elaboração do substitutivo, justificou o artigo argumentando inclusive que essa proibição sempre vigorou na elaboração de todas as constituições brasileiras. Adiantou, porém, que o documento elaborado pelo PFL (de cerca de 30 laudas) estabelece um artigo criando comissões de "disposições transitórias e finais", referentes à possibilidade de "adaptação do texto constitucional à vida do país". Com isso, poderão ocorrer alterações na lei vigente, com a diferença de que o projeto não estabelece os limites dessas "disposições transitórias". O julga-

mento fica a cargo do presidente da Constituinte e do plenário.

Depois de ser discutido pela direção partidária, o esboço do PFL de Regimento Interno será submetido à bancada, para redação do texto final. O senador Marcondes Gadelha disse não ter dúvidas de que será aprovada a proibição à Constituinte de alterar a atual Carta. "E se nosso substitutivo for rejeitado — adiantou — vamos apresentar emendas ao projeto em discussão".

### Audiência

Outra novidade na proposta do PFL diz respeito à criação de comissões de audiência permanente, permitindo assim que a sociedade seja ouvida durante toda a tramitação de um projeto, o que não existe na proposta do PMDB. Marcondes Gadelha confirmou ainda a existência de um "erro de

redação" no projeto de regimento preparado pelo PMDB, em relação à eleição para composição da Mesa Diretora dos trabalhos da Constituinte. Segundo ele, o texto do projeto do PMDB está "confuso" e com isso cria a possibilidade de se eliminar, em sua interpretação, o critério de proporcionalidade para a composição da Mesa.

Pela proposta dos liberais haverá três tipos de votos durante a constituinte: secreto, simbólico e nominal, sendo a regra o voto nominal, e exceção o voto simbólico. O voto secreto poderá ser decidido mediante deliberação de plenário e, apesar de considerar difícil prever situações em que isso aconteça, Gadelha exemplificou citando os casos de matérias em que o plenário julgue que possa haver "pressão econômica" ou "pressões do governo" durante a votação. Sobre a possibilidade de isto se constituir numa "faca de dois gumes", transformando-se em voto secreto justamente as deliberações sobre matéria de interesse do governo, o senador admitiu que de fato há este risco, ficando a questão a cargo do "bom senso do plenário", que neste caso deverá teoricamente rejeitar o voto secreto.



Camata: «Tudo já foi feito para atrair»

## Camata propõe punição pesada para faltosos

A pequena movimentação de parlamentares no plenário da Câmara, durante a primeira semana de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, fez com que comesçassem a surgir propostas de punição para os faltosos. O senador Gerson Camata (PMDB-ES) encaminhará, até amanhã, uma emenda ao regimento interno estabelecendo o corte do jeton e a suspensão por três dias do constituinte que faltar. O PC do B, também está preocupado com "excesso de ausência", e, por isso propõe que qualquer deputado ou senador que faltar mais de oito sessões por mês perca o mandato imediatamente.

As iniciativas, no entanto, não estão sendo bem aceitas pelos parlamentares. O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, preferiu nem comentar as propostas, acrescentando que «cada um pode apresentar a emenda que quiser». Já o deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) considerou a medida «demagógica», explicado que «a tarefa de um constituinte é executar uma política geral, em todos os níveis».

O senador Gerson Camata afirmou que a sua proposta «não representa a cassação do Constituinte, como muitos colegas estão afirmando». Explicou que até o momento tudo já foi feito para tentar atrair os parlamentares ao plenário, «mas nada adiantou». Considera que o, «grande detalhe» de sua emenda é a suspensão do parlamentar por três dias. De acordo com o projeto — esclareceu —, o constituinte não fica proibido de circular no plenário, «apenas perde o direito de voz e voto».

O ex-governador do Espírito Santo reconhece que os parlamentares têm necessidade de ouvir as bases nos respectivos Estados. Para isso, elaborou uma outra emenda que permite a ausência de alguns por um período determinado.

### PC do B

A bancada do PC do B, no entanto, tem uma proposta que causou menos simpatia entre os constituintes. Segundo o deputado Eduardo Bonfim (AL) a emenda ainda está em estudos, mas deverá ficar definido que o parlamentar que faltar a oito sessões em um mesmo mês perderá, automaticamente o mandato, assumindo o suplente.

## Cardeal está decepcionado

Fortaleza — O cardeal arcebispo de Fortaleza, Dom Aloisio Lorscheider, admitiu ontem, em entrevista à imprensa, que os constituintes já "estão começando a decepcionar". Ele se referiu ao registro da ausência de senadores e deputados do plenário, implicando na falta de quorum para a realização das sessões.

— Eles estão dando mal exemplo. Acho uma postura aética da parte deles. Todos deveriam tomar mais a sério a questão e não ficar gozando, simplesmente, das mordomias.

O cardeal Lorscheider, que está convalescendo de uma cirurgia no coração, realizada recentemente em São Paulo, pelo que ainda não retornou às suas atividades normais, mandou um recado para os membros da Assembléia Nacional Constituinte:

— Se quisermos ter um Brasil socialmente bom, está na hora da turma acordar.

Ao analisar os rumos da política econômica, afirmou que "o governo está perdido". No seu entender, "está faltando um bom projeto de governo". Por isso, ele acha que as autoridades federais estão encontrando e vão encontrar dificuldades para ver executadas e cumpridas suas decisões.

## Proposta de Fruet é fazer plebiscito

Sessenta dias depois de aprovada a redação final do projeto da Constituição, deverá ser realizado um plebiscito onde o texto constitucional poderá ser apreciado por capítulos ou em bloco pelos eleitores. Só após o resultado do plebiscito é que o presidente do Congresso Constituinte poderá promulgar a nova Constituição.

### Emendas

Essa é uma das nove emendas ao anteprojeto de regimento interno da Constituinte, apresentadas ontem pelo deputado Maurício Fruet (PMDB-PR). Como o parlamentar paranaense diversos outros deputados e senadores encaminharão à Mesa emendas ao regimento.

Só na sexta-feira passada, foram entregues ao relator do projeto, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), vinte emendas. Ontem foram mais 73. O prazo para o envio das emendas termina na quinta-feira, e a partir desta data o relator terá cinco dias úteis para apresentar seus pareceres.

Entretanto, não é o grande número de emendas apresentadas que preocupam o senador paulista. Já que serão polêmicas que irão lhe dar mais trabalho. Duas sobressaem às demais: a que determina a utilização da mídia impressa e eletrônica para transmitir boletins da Constituinte e uma outra que fixa o número de comissões técnicas a funcionarem durante a Constituinte.

### Coerção

Outras questões menores também estão causando dores de cabeça ao relator, como as normas que tratam diretamente do desempenho de cada parlamentar ou partido em plenário. Preocupam-se as legendas menores que sejam impostas regras coercitivas impedindo o desempenho dos pequenos partidos frente aos grandes como o PMDB.

## Egídio quer poderes definidos

Josemar Gonçalves

O deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) propôs ontem, ao falar como líder do PMDB, que as lideranças de todos os partidos definam logo os poderes da Assembléia Constituinte. Ele quer evitar que a polêmica sobre a soberania da Casa, surgida com a proposta do deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE) que permite à Constituinte revisar a atual Constituição, fique mais acirrada e prejudique os trabalhos de elaboração da nova Carta. A iniciativa de Egídio recebeu de pronto o apoio do líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ).

— Quero fazer um apelo às lideranças de todos os partidos no sentido de que se reúnam e definam os poderes da Constituinte com a participação de todas as correntes políticas», pediu o deputado. Ele lembrou que a soberania da Constituinte é um debate doutrinário, acima das questões políticas e ideológicas, que há séculos tem sido motivo para estudos e discussões dos doutores em Direito Constitucional.

### Cartilha

Já o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) ocupou ontem a tribuna da Casa para repudiar a proposta de alterar a Constituição em vigor através da Constituinte. A seu ver, a Assembléia Nacional Constituinte é na verdade um Congresso Federativo Constituinte que tem a missão de aperfeiçoar a atual Carta. Ele defendeu também que o Congresso Nacional é quem deve se encarregar de fazer emendas constitucionais, já que as instituições vigentes não foram "desconstituídas".

Ao contrário do deputado paulista, o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), defendeu que a Constituinte afirme claramente que irá fazer as mudanças constitucionais



Egídio: «Soberania da Constituinte é um debate doutrinário»

necessárias ao seu trabalho livre e soberano. Haroldo Lima lembrou também que a Constituinte "não fez nenhuma mudança dessa natureza como revogar todos os dispositivos constitucionais que compõem o entulho autoritário e herdamos do regime autoritário e que, se não revogados, não estará em funcionamento uma Constituinte verdadeiramente livre".

O líder em exercício do PDT, Amaury Müller (RS), anunciou

que o seu partido vai insistir para que a Constituinte, no exercício da sua soberania, possa sepultar o estado de emergência, as medidas de emergência, «o uso abusivo, indiscriminado e intolerável do decreto-lei e do decurso de prazo; além do que lutará para que sejam restabelecidas e ampliadas as prerrogativas parlamentares. O líder do PCB, Fernando Santana (BA) também colocou-se favorável à revisão constitucional pela Constituinte.

## José Fogaça pede pauta mínima

Um grupo de parlamentares peemedebistas encabeçado pelo senador José Fogaça (RS) e pelo deputado paranaense Nelson Friedrich encaminhou ontem ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, um requerimento de convocação de todos os constituintes do partido para a definição de uma "pauta mínima" de atuação partidária, com ênfase para as decisões em torno dos limites à soberania da Constituinte.

A idéia da reunião cresce neste fim de semana diante da reação do governo à proposta do deputado pernambucano Maurício Ferreira Lima, que preconiza a revogação de dispositivos da atual Constituição pelos constituintes, antes mesmo da vigência da nova Carta. O objetivo dos parlamentares envolvidos na articulação do encontro é substituir uma proposta genérica como a de Maurício Ferreira Lima por uma fórmula negociada, capaz de tranquilizar os setores do governo (incluindo militares), preocupados com a possibilidade de os Constituintes definirem, de imediato, algumas questões consideradas mais delicadas, como o papel das Forças Armadas e a duração do mandato presidencial.

Na justificativa do requerimento de convocação do encontro peemedebista, os signatários salientam que "há muita perplexidade entre diversos consti-

tuintes peemedebistas e uma ausência de definições de como e no que intervirá a bancada, até o estabelecimento do regimento definitivo".

### PT e PDT

O Partido dos Trabalhadores e o PDT têm uma posição semelhante à que é sustentada por Fogaça, Friedrich e Leonelli, embora mais ampla e polêmica que as propostas admitidas pelos peemedebistas.

O PDT tem um "projeto de lei constitucional" que caracteriza o mandato do presidente da República como transitório, mas transfere ao texto da nova Carta a fixação do período de duração desse mandato.

O projeto pedetista põe fim ao estado de emergência e às medidas de emergência; ao decreto-lei; ao decurso de prazo e artigo 32, parágrafo quinto, da Constituição, que permite a suspensão do exercício do mandato parlamentar nos chamados crimes contra a segurança nacional".

Os deputados Haroldo Lima, líder do PC do B, e Amaury Müller (PDT) consideraram ontem como uma manifestação de "sinistrose" a opinião do senador pedessista Jarbas Passarinho, segundo a qual o movimento pela soberania da Constituinte constitui uma manobra de "radicais" para golpear o mandato do presidente da República.

## PT proporrá fim do "entulho"

O Partido dos Trabalhadores poderá apresentar ainda hoje, durante a sessão da Assembléia Nacional Constituinte, um Projeto de Resolução composto por 10 emendas, que revogam todos os artigos considerados autoritários da atual Constituição.

O deputado Plínio Sampaio (PT/SP) explicou que a proposta não deixa de confirmar, embora implicitamente, a Constituição de 1969, revogados artigos como o da Lei de Segurança Nacional, as Salvaguardas Institucionais, a Lei de Imprensa e o Decreto-lei, além de reestabelecer as prerrogativas do Congresso.

## Sarney discorda da posição de Maurício

Ao receber o deputado pernambucano Maurício Ferreira Lima, no final da tarde de ontem, o presidente José Sarney afirmou que, "como chefe de Estado", lhe cabia ponderar que a Constituição de 67 não deveria ser alterada pelos Constituintes, e observou que "uma crise política é mais difícil de ser contornada do que uma crise militar".

Maurício respondeu ao Presidente que não teve nenhum interesse em "criar dificuldades", ao apresentar a proposta que admite a revogação de dispositivos da atual Carta pelos constituintes. Acrescentou que, se surgir outra proposta capaz de absorver a "essência" da sua, está disposto a retirá-la, porque seu objetivo é chegar a uma saída "consensual" a respeito dos poderes da Constituinte.

Após essas considerações, sempre no relato do deputado peemedebista, Sarney sugeriu que Maurício "procurasse o líder do governo, deputado Carlos Santana", para conversar sobre o assunto.

## Delfim não crê em acordos com Lula

São Paulo — A defesa da propriedade dos bens de produção foi o único ponto de divergência destacado pelo ex-ministro e deputado federal Delfim Netto (PDS) para a viabilização de um acordo com o presidente nacional do PT e deputado Luiz Inácio "Lula" da Silva. Apesar de reconhecer que possam ter muitas questões em comum, Delfim não crê em um acordo com Lula.

O deputado do PDS acha "um grande equívoco" o fato de Lula defender abertamente a propriedade estatal dos bens de produção.